

DESAFIOS PARA A AÇÃO INTEGRADA E INTEGRADORA DO SUPERVISOR ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO CRÍTICA E PARTICIPATIVA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Challenges for the integrated and integrating action of the school supervisor: the critical and participatory construction of the political-pedagogical project

Tatiana Elena Fossato¹; Elisandra Girardelo².

¹ Graduada em Pedagogia, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Erechim. Pós-Graduada do Curso de Especialização em Gestão Escolar, pela UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Câmpus de Erechim. E-mail: tatianafossato@gmail.com.br

² Graduada em Ciências Biológicas, pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI Erechim. Mestre em Educação Ambiental, pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande, FURG, e Pós-Graduada do Curso de Especialização em Gestão Escolar, pela UFFS, Universidade Federal da Fronteira Sul, Câmpus de Erechim. E-mail: eandretta@uricer.edu.br

Data do recebimento: 01/08/2017 - Data do aceite: 05/09/2017

RESUMO: O objetivo deste estudo é discutir os desafios para a ação integrada e integradora do professor supervisor, educacional, e à construção crítica e participativa do projeto político-pedagógico da escola, na função de supervisor escolar. Os dados foram obtidos de revisão bibliográfica. O estudo justifica-se pela importância desse profissional e sua função na escola, principalmente na construção e manutenção do projeto escolar. Apresenta um debate sobre projeto político-pedagógico: como este deve ser construído; qual a função da supervisão escolar e como esse profissional pode contribuir na construção, execução e manutenção do projeto político-pedagógico da escola. Para se definirem rumos políticos e pedagógicos, exige-se clareza dos objetivos da escola que se quer constituir e da função da supervisão escolar nesse processo. Estudos apontam que o supervisor deve assumir uma postura de orientador e corresponsabilizar-se quanto às atividades pedagógicas e da escola, para que o projeto se concretize.

Palavras-chave: Projeto Político-Pedagógico. Supervisão Escolar. Desafios.

ABSTRACT: The objective of this study is to discuss the challenges for the integrated and integrative action of the educational supervisor teacher and the

critical and participatory construction of the political-pedagogical project of the school, in the role of the school supervisor. The data were obtained from a bibliographic review. The study is justified by the importance of this professional and his role in school, especially in the construction and maintenance of the school project. It presents a discussion about political-pedagogical project; how the project should be built; what is the role of school supervision and how can this professional contribute to the construction, execution and maintenance of the school's political-pedagogical project. In order to define political and pedagogical directions, clarity is required in relation to the objectives of the school to be constituted and the role of school supervision in this process. Studies point out that the supervisor should assume a guiding role and be coresponsible for the pedagogical and school activities so that the school project can be concretized.

Keywords: Political Pedagogical Project. School Supervision. Challenges.

Introdução

Dar “vida” para o projeto da escola é um caminho longo a ser percorrido e exige muita dedicação, persistência, conhecimento, humildade, sensibilidade, responsabilidade e atenção. É necessário o comprometimento de todos os gestores, diretores, supervisores, orientadores e professores, bem como famílias, alunos, funcionários e comunidade escolar: cada um desempenhando a sua função, com um trabalho em equipe, pois um depende do outro para realizar o projeto pretendido. O ponto de referência, para a construção da identidade da escola e dos gestores que nela atuam, é, sem dúvida, a elaboração do projeto político-pedagógico.

Construí-lo é uma das atividades mais difíceis e importantes, para se definirem rumos políticos e educacionais em um processo de construção que resulte em uma prática pedagógica crítica, questionadora e transformadora da realidade escolar.

Sem dúvida, o supervisor escolar deve colaborar para uma prática e uma ação in-

tegrada e integradora na construção crítica e participativa do projeto. Nesse sentido, justifica-se a importância da discussão sobre sua atuação na construção e execução desse imprescindível instrumento.

O Projeto Político-Pedagógico

O projeto político-pedagógico constitui um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido, demonstrando a síntese das exigências sociais legais do sistema e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. É avaliado ao longo do ano letivo, para verificar se as ações estão correspondendo ao que foi previsto e se as metas precisam ser alteradas em função de fatos que as demandem.

Um projeto dessa natureza não nasce pronto. Não é obra exclusiva do diretor, ou do supervisor, mas de um grupo que envolve, no início, Coordenação, Direção e Corpo Docente. Com o tempo, vai inserindo a todos no processo de construção. É um documento relevante, pois define a identidade da escola

e do caminho que esta deverá percorrer. Se um dos objetivos é formar pessoas críticas e autônomas, deve-se investir em gestão participativa e em projetos em que todos os segmentos tenham voz e assumam responsabilidades.

Segundo Veiga (1995, p. 13), o projeto busca um rumo, uma direção.

É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos, da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Para o autor, as principais características do projeto político-pedagógico são a necessidade de envolvimento da comunidade educativa, visando a um processo de reflexão-ação que se obtém por meio da prática reflexiva em que, juntamente com o grupo, se estabeleça um ponto de referência que passará a ser o gerador de questionamentos, dúvidas, sonhos, e do que, realmente, nossa escola necessita. (VEIGA, 1995).

Segundo Nogaro (1995), a prática do professor deve ser reflexo dos ideais do Projeto da escola e a vivência na sua ação docente. A melhoria da qualidade da escola não é resumida em listar conteúdos mínimos, mas, sim, inicia-se pelo projeto político-pedagógico. A educação não é a única responsável pelo avanço social, mas é determinante para desenvolver outros segmentos da sociedade.

A partir desse processo, cabe considerar que esse documento institucional pode ser caracterizado como: projeto, porque reúne propostas de ação concreta a se executar durante determinado período de tempo; político, por considerar a escola como um espaço de

formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente, na sociedade, modificando os rumos que ela deverá seguir; pedagógico, porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (VASCONCELOS, 2002).

Ao se pensar o projeto político-pedagógico, é necessário, também, fazer referência à necessidade de envolvimento da comunidade educativa, visando a um processo de reflexão-ação, que se consegue por meio da prática reflexiva, em que, juntamente com o grupo, se estabelece um ponto de referência que passará a ser o gerador de questionamentos, dúvidas, sonhos e do que realmente nossa escola necessita. (VEIGA, 1995). Para o autor:

É preciso entender o projeto político-pedagógico da escola como uma reflexão de seu cotidiano. Para tanto, ela precisa de um tempo razoável de reflexão e ação, para se ter um mínimo necessário à consolidação de sua proposta (p. 33).

No processo de construção participativa do projeto político-pedagógico é indispensável a participação efetiva dos gestores (supervisor escolar), bem como da comunidade escolar, buscando promover transformações e auxiliando no entendimento das necessidades básicas educacionais, com o objetivo de compreender, e aperfeiçoar, o conceito de construção do conhecimento e estabelecer princípios norteadores para a construção e estruturação do projeto.

Supervisor Escolar: Funções e Competências em Relação ao Projeto Político-Pedagógico da Escola

A atividade do supervisor surgiu, no Brasil, com a finalidade de “busca da qualidade e da quantidade da produção industrial” e de

garantia dos interesses da sociedade capitalista, que passava por um momento de grande crescimento industrial. A partir da indústria, para outros setores inclusive à educação, tendo, a escola, adotado os mesmos modelos de controle e supervisão, usados na indústria, para manter uma educação e uma sociedade controladas. (SILVA, 2013).

No Brasil, a Supervisão Educacional chegou efetivamente ainda durante a Primeira República (1889-1930), com a denominação de *Inspeção Escolar*, destinada exclusivamente ao ensino primário, objetivando controlar e fiscalizar as ações dos professores sob o ponto de vista administrativo, interessando-se mais pelo cumprimento das leis de ensino, pelas condições físicas e estruturais dos prédios escolares, pela situação legal dos professores e pela realização de festejos de datas cívicas comemorativas do que pela melhoria do processo ensino-aprendizagem e da prática pedagógica dos docentes. (SANTOS, 2012, p. 28).

Estudos mostram os movimentos de docentes com, até, uma década de luta, pela melhoria e expansão do serviço de Supervisão Educacional no Brasil. Um exemplo foi o que ocorreu em 1978: os gaúchos realizaram o I Encontro Nacional de Supervisores de Educação (ENSE) que passou a se dar todo ano com o escopo de promover o serviço de Supervisão Educacional no Brasil. O encontro defendeu a formação escolar como um processo educativo e não apenas como transmissão de conteúdos e ideologias. Na escola, a supervisão tinha o caráter de Inspeção Escolar. Com o passar de décadas, começa a se configurar um novo pensamento pedagógico: a Supervisão Educacional passou a trabalhar *com* o professor no processo de ensino-aprendizagem, e não mais *para* fiscalização do trabalho docente. (SANTOS, 2012).

O professor, como agente do processo de ensino-aprendizagem, passou a se reconfigurar na contemporaneidade, tomando novas e desafiadoras formas. Os alunos precisam de professores que desenvolvam “ações baseadas na reflexão sobre o processo pedagógico, onde o professor se torna o principal instrumento dessa reflexão e não um agente a ser controlado no interior das escolas.” (MAIO, 2010, p. 38).

Para Nogaro (1995, p. 70), “a escola passa a ser o lugar onde se gesta e desenvolve o Projeto Político-Pedagógico e o professor passa a ser indispensável. É ele quem vai desenvolver o fazer, a ação prática em função do pensar.”

Nesse sentido, o perfil do supervisor escolar também deve ter essa consciência: a de ser um instrumento de reflexão para auxiliar na prática educativa, para que esta não se reduza, somente, à realização de “atividades burocráticas” e à organização do trabalho escolar. O supervisor deve realizar atividades articuladas com a administração e com o trabalho pedagógico, visando a cumprir o projeto da escola (OLIVEIRA, 2017), que deve ter, como objetivo, atender aos alunos.

Para isso, os supervisores precisam ter competências e habilidades necessárias para possibilitar o desenvolvimento desse projeto, com práticas pedagógicas, tendo o propósito e o desafio de romper com o modelo perverso de reproduzir e manter as desigualdades sociais, presentes nas escolas brasileiras. As escolas precisam encorajar seus alunos para tornarem-se livres, usando “suas próprias asas”. Escolas, que são gaiolas, existem para que os pássaros desaprendam a arte do “voo”. Pássaros, engaiolados, são pássaros sob controle. (ALVES, 2001).

Encorajados pela arte do “voo”, os supervisores também devem estar preparados e cientes de sua função na escola que, felizmente, já está passando por mudanças sig-

nificativas. Atualmente, uma das principais funções do supervisor escolar é a de orientar o professor a tornar-se bom profissional competente, para que os seus alunos aprendam de forma significativa e se desenvolvam mais. No entanto, segundo estudos, ainda depa-ramos com situações de escolas “gaiolas” e supervisores iguais aos da época em que sua função era baseada no autoritarismo e na vigilância. (ALVES, 2001).

O papel do supervisor é, sem dúvida, construir um grupo para se constituir como equipe na construção do projeto da escola, na perspectiva de possibilitar que o ser humano se entenda como autônomo, solidário, digno da condição humana.

Libâneo (2008) aponta o planejamento escolar como atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir, dentro das possibilidades e recursos a serem empregados. O tempo de execução e formas de avaliação e o planejamento escolar concretizam-se em planos e projetos, tanto da escola e do currículo quanto do ensino, apresentando planos, para ações e práticas futuras. A partir do planejamento, é possível organizar as atividades de ensino e aprendizagem, com uma intencionalidade educativa, para atender à cultura escolar.

Em suma, o projeto escolar deve ocorrer em três etapas: elaboração, execução e avaliação. Deve ser uma atividade coletiva, envolvendo todos os atores: a Direção, supervisores, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade. Outra iniciativa importante é que o mesmo deve ser constantemente discutido e se, necessário, deve ser repensado para corrigir os rumos, com vistas à obtenção dos objetivos. Para Nogaro (1995, p. 73), o Projeto Político-Pedagógico da escola “mexe com o ânimo e o engajamento da comunidade escolar, onde cada pessoa passa a sentir-se autor e responsável pelo crescimento do grupo e pela boa operacionalização das ativi-

dades”. O autor enfatiza que “a educação não diz respeito” somente aos professores, mas também “a todos os membros da comunidade escolar.” (NOGARO, 1995).

Para atingir as metas desejadas, o Projeto Pedagógico apresenta-se, segundo Libâneo (2008), como documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar. Expressa a cultura e a organização da escola. Define a ação, a prática e a reflexão; orienta a prática, que deve estar de acordo com a realidade dos alunos, ou seja, de acordo com as características da escola. Cada escola tem suas peculiaridades, dependendo da realidade em que está inserida. E o Projeto Pedagógico precisa refletir essa realidade, o processo de organização da escola, que deve respeitar os documentos já instituídos, ou seja, deve ter a mesma linguagem e objetivos. Um documento que institua, estabeleça, tenha objetivos, procedimentos, instrumentos, modos de agir, estruturas, hábitos, valores, ou seja, institua uma cultura organizacional.

Na organização da escola, a proposta curricular deve ser resposta para os interesses e anseios dos professores: Que tipo de escola nós, profissionais dessa escola, queremos? Que objetivos e metas correspondem às necessidades e expectativas dessa comunidade escolar? Que necessidades precisamos atender, em termos de formação dos alunos, para a autonomia, cidadania, participação? Como faremos para colocar o projeto em permanente avaliação, dentro da prática de ação-reflexão-ação? (LIBÂNEO, 2008).

Assim, o Projeto deve ser elaborado no coletivo e ser concebido como “inconcluso”, nunca como definitivo; deve ter intencionalidade e estar disponível aos membros da escola e comunidade.

Libâneo (2008) define que o Projeto político-pedagógico deve “dar uma direção ao processo educativo”: é o que pensa e sugere para alcançar os objetivos. Define “como se faz” e “por que se faz”. “Define “*o que ensinar, o para que ensinar, o como ensinar*”. O termo curricular “é, assim, a projeção dos objetivos, orientações e diretrizes operacionais previstas no projeto pedagógico”. O Projeto é aquilo que se pensa para o futuro e que define o “processo que viabiliza o ensino-aprendizagem”.

O Projeto sintetiza o que temos, o que desejamos, o que faremos em função do que desejamos; e como saber se o que estamos fazendo corresponde ao que desejamos. O que desejamos é ter a clareza de que não há uma única maneira de elaborar o projeto, que cada escola tem sua diversidade, seu modo de planejar e a sua caminhada. Esse processo deve ser democrático, coletivo e de caráter autônomo. Seguir normas vigentes, orientadas pelos órgãos reguladores e competentes. É preciso ter claro: “não é possível fazer educação sem ter um projeto.” Nogaró (1995, p. 67).

Libâneo sugere um roteiro para formulação do projeto político-pedagógico: são nove principais tópicos que devem constituir todo projeto: 1 Contextualização e caracterização da escola; 2 Concepção de educação e de práticas escolares; 3 Diagnóstico da situação atual; 4 Objetivos Gerais; 5 Estrutura de organização e gestão; 6 Proposta Curricular; 7 Proposta de formação continuada de professores; 8 Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica; 9 Formas de avaliação do projeto. (LIBÂNEO, 2008).

Observando tais tópicos, o projeto político-pedagógico deve possibilitar a consolidação de uma escola democrática e comprometida com o seu papel político e social. Sua construção é de responsabilidade

de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Quando nos referimos à responsabilidade de todos, apontamos, aqui, a importância de a gestão da escola trabalhar conceitos, buscando a relação entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática, enfatizando que o projeto político-pedagógico propõe relações de trabalho, alicerçadas na solidariedade, na reciprocidade e na participação coletiva. Libâneo (2008) refere, também, a gestão democrático-participativa, que valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões.

No processo de gestão democrática, Martins e Duarte (2010) sugerem que os supervisores escolares devam orientar seus professores a adotarem práticas pedagógicas alicerçadas em conhecimento científico e conhecimento tácito, e que tenham consciência do contexto ideológico alienante que predomina na sociedade atual. Nesse projeto, deve-se dar atenção às práticas pedagógicas que possibilitem a formação humana, que apontem caminhos e *não que lhes imponham caminhos*.

Nessa perspectiva, a função do gestor escolar, e principalmente do supervisor, que tem a função de orientar professores, sobre métodos pedagógicos, para que o projeto de escola não se perca, é orientá-los a suprimir a educação escolar em suas formas burguesas, mas sem negar a importância da transmissão, pela escola, dos conhecimentos mais evoluídos que já tenham sido produzidos pela humanidade.

Silva (2013) conclui, em sua pesquisa, que a escola tem como função compartilhar e incentivar, aprofundar e buscar novos conhecimentos, e que é fundamental o acompanhamento do supervisor. Este precisa realizar “trabalho coletivo e colaborativo”, juntamente com os professores, “através da busca pela qualificação profissional e da consciência do seu papel de educador de forma ética e polí-

tica”. Assim, os alunos terão a possibilidade de atingir o “conhecimento científico e uma formação cidadã”. A função e as competências, nas ações dos supervisores, não podem ser as de quem “fiscaliza”, e sim as de quem participa e aponta caminhos para que se concretize o processo de ensino-aprendizagem, que é o que deve ocorrer na escola.

Conclusão

Não podemos pensar na construção e implementação de um projeto político-pedagógico de qualidade³, que propõe relações de trabalho alicerçadas na solidariedade, na reciprocidade e na participação coletiva, sem destacar a importância do supervisor escolar. O trabalho do supervisor escolar implica o caminho que a escola deve percorrer. Deve ser um supervisor comprometido em atender as diversidades dentro de suas singularidades, buscando a formação integral do indivíduo, que o torna apto a exercer sua cidadania.

Ao supervisor e à equipe gestora competem: acompanhar e proporcionar o desenvolvimento integral dos alunos; trabalhar com o conhecimento das diferenças individuais e o respeito por elas, por meio de discussões, reflexões, interação com a família, comunidade, corpo docente e os demais envolvidos no processo educativo.

Todos os envolvidos nesse processo devem construir uma educação transformadora, pautada em princípios éticos, humanistas e reflexivos. É preciso estabelecer vínculos e relações nos espaços educativos, para que o processo seja coletivo e contínuo. Dessa forma, o projeto político-pedagógico tem de refletir na educação voltada para o corpo discente, na qual todos tenham as mesmas oportunidades de acesso, permanência e êxito na escola.

Para isso, as escolas precisam pensar e refletir suas funções, para que não perpe-

tuem modelos, ultrapassados, de supervisor escolar. Este deve proporcionar momentos de discussões, bem como situações em que os envolvidos possam construir a aprendizagem. Destarte, cada um possa ser protagonista e consciente de suas atitudes, sem perder a especificidade de suas funções. Dessa forma, busca-se a construção do processo coletivo para que aconteça justiça social, na qual a escola possa contemplar a diversidade de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. (SOUZA; CARNIELLI, 2003).

É necessário, pois, investir em esforços para a superação de atitudes autoritárias e de fiscalizador do supervisor escolar, para que haja a construção do espírito de equipe, para que o professor supervisor, com a ajuda de todos, possa visualizar espaços e necessidades dos professores e alunos, visando a cumprir com o papel da escola, que é fazer acontecer o ensino-aprendizagem. Assim, o verdadeiro projeto de escola estará construído e vivenciado dentro e fora dela.

A elaboração do projeto político-pedagógico é uma das tarefas mais importantes e difíceis. É mister que os educadores tenham conhecimento, habilidades, compromisso, responsabilidade e saibam em que realidades seus alunos habitam. Além de desencadear a sensibilidade de saber dos seus anseios/necessidades e de qual projeto a escola precisa construir para atender às diferentes situações.

Se o supervisor não estiver engajado, ou se essa função não existir, o Projeto de escola pode ficar comprometido; e é bem provável que ele fique engavetado, não se concretizando. Mas se esse profissional estiver ciente de sua função e for comprometido com o processo de construção e manutenção do projeto político-pedagógico, há de desempenhar um trabalho produtivo na escola. Para desempenhar tal função, o supervisor

escolar precisa, também, estar apoiado por uma equipe gestora profissional e qualificada, a qual se preocupe com uma gestão democrática educativa e se entenda como equipe. Haja vista, inclusive, que a equipe deverá qualificar cada vez mais e melhor os professores no seu trabalho pedagógico, tanto no âmbito de sala de aula, quanto na comunidade.

Finalizamos, reforçando que a função do supervisor escolar é uma das funções

que têm papel fundamental na realização da proposta de uma escola, pois é por meio de uma equipe de gestão democrática de qualidade – com profissionais preparados – que o projeto político-pedagógico poderá ser posto em prática. Assim, a escola que valorizar, também, essa função, terá grandes chances de se tornar uma escola que ofereça uma educação de qualidade aos seus alunos. Educação de qualidade é o que mais se busca em nosso País.

NOTAS

Neste trabalho, quando tratamos de qualidade da educação, entendemos uma educação que possibilite o pleno desenvolvimento da pessoa, que cumpra com os princípios constitucionais, que alunos tenham acesso a escolas, que haja equitatividade nas atividades formativas, com boa infraestrutura, professores com formação adequada, com valorização salarial e uma educação que possibilite que alunos saiam da escola com excelente nível de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. **Gaiolas e asas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0512200109.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2001.
- LIBÂNEO, J. C. O Planejamento Escolar e o Projeto Pedagógico Curricular. In: LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2008.
- MAIO, N et al. A supervisão: Funções e Competências do Supervisor. **EDUSER: revista de educação**, v. 2, n.1, 2010.
- MARTINS, LM., DUARTE, N. **Formação de professores: limites contemporâneos e alternativas necessárias** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- NOGARO, A. Reflexão sobre pressupostos que norteiam o projeto político-pedagógico da escola. **Perspectiva**, v. 19, n. 67, p. 67-74, 1995.
- OLIVEIRA, J. F. de et al. **Função social da educação e da escola**. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/saibamais_8.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.
- SANTOS, M. P. dos. Historiando a supervisão educacional no Brasil: da gerência empresarial burocrática à gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 13, n. 2, p. 25-36, 2012.

SILVA, G. T. Supervisor pedagógico: formador ou fiscalizador. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 18, n. 2, 2013.

SOUZA, R. A.; CARNIELLI, B. L. Os Efeitos do Projeto Político-Pedagógico na Gestão Escolar, segundo a concepção dos Alunos. **Estudos em Avaliação Educacional**, nº 28, jul-dez. (2003). Disponível em <<http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/viewFile/1531/1222>> Acesso em: 04 jun 2017.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível**. Campinas: Papirus (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico), 1995.

